



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATO
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º SS CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-4643/4510/5105 – FAX: 2022-4408

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 13/2012
Brinquedos para Playground

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2012, no Auditório da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, localizada à Avenida Paulista nº 1313, 4º Andar, São Paulo/SP, às 9 horas e trinta minutos, foi realizada a presente Audiência, por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 13/2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 2/10/2012, página 53. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência. A gravação da mesma estará disponível em CD encartada no Processo de Audiência Pública no FNDE. A Audiência Pública 13/2012 foi aberta pela Chefe da Divisão de Avaliação de Registro de Preços do FNDE, Rita Helena Barbosa Custodio Fragale, com os esclarecimentos sobre os objetivos da mesma. Em seguida solicitou aos participantes que se apresentassem, informando o nome completo e a empresa e ou órgão que representavam. Após as devidas apresentações a Presidente da Audiência, Senhora Aloma Marques Taveira, Coordenadora Geral de Mercado, Qualidade e Compras do FNDE, iniciou a sessão se aprofundando nos propósitos da Audiência Pública, explanando sobre as expectativas do FNDE com relação ao processo de licitação para a eventual aquisição de Brinquedos para Playgrounds, para equipar as escolas da rede pública de ensino municipal, estadual e do Distrito Federal, por meio da modalidade registro de preços. Falou que o FNDE tem como missão prestar assistência financeira e técnica na execução das ações educacionais implementadas pelo MEC. O processo licitatório realizado pelo FNDE, por meio de registro de preços, permite que municípios e estados adquiram, com recursos de transferência direta – enfatizando que esse recurso é garantido pelo governo federal e o município, o estado ou Distrito Federal só pode utilizá-lo para aquele pregão –, de recursos próprios – que também são recursos destinados aos municípios e estados para a utilização na melhoria da qualidade da educação – de produtos de qualidade, com preço justo, sem que eles tenham que realizar o processo licitatório local. Na continuidade, apresentou o processo do Registro de Preços de Nacional - RPN, modelo gerencial em que é realizada uma única licitação para o atendimento de toda rede educacional brasileira. Na apresentação informou o levantamento realizado pelo FNDE das necessidades de produtos demandados pelas redes municipal, estadual e do Distrito Federal através do SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação inseridas no PAR - Programa de Ações Articuladas. Com essas informações o FNDE providencia a especificação detalhada do produto, primando pelos critérios de qualidade, com auxílio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e certificações técnicas através de normas. Além disso, considera as necessidades do usuário, que é o aluno. Em seguida, informou sobre a realização de um estudo de mercado, pelo qual são

avaliados os dados econômicos, a cadeia produtiva, a cadeia logística e a referência de preço, ocasião que será definida a estratégia de licitação. Aproveitou para informar aos fornecedores presentes a importância deles no processo de pesquisa de mercado, quando são consultados a informar, por meio de Carta-Consulta, preços referente a um determinado produto, subsidiando, assim, o processo licitatório. Continuando, informou que de posse dessas informações, o FNDE realiza a Audiência Pública, oportunidade em que a Autarquia conta com a participação de fabricantes, fornecedores, distribuidores, representantes das secretarias de educação estadual e municipal, e da sociedade como um todo, de OCP - Organismo de Controle de Produtos, para, através da troca de experiências e sugestões transmitidas por intermédio dos participantes, enriquecer a audiência, a fim de contar com maior número de fornecedores, dando mais transparência e maior competitividade ao processo licitatório. Após a realização da Audiência Pública, o FNDE analisa as contribuições e consolida as especificações do produto a ser adquirido. A seguir, o FNDE realiza o pregão eletrônico, momento em que as empresas interessadas ofertam lances de preços para o produto proposto. As empresas que ofertaram o menor preço apresentam a documentação de habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal e capacidade técnica. Após aprovação da documentação é exigida a apresentação do protótipo ou amostra para análise. Mediante a aceitação da proposta, o FNDE homologa e adjudica a licitação. A seguir, as atas de registro de preços ficam disponibilizadas no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARP, sistema implantado pelo FNDE para gerenciar as atas pelo período de um ano. As entidades interessadas (estados, municípios, escolas, etc.) cadastram suas propostas no PAR e o FNDE analisa as propostas. Após a aprovação pelo PAR, as solicitações de adesão são inseridas no SIMEC e enviadas ao SIGARP de forma automática. Em seguida, o FNDE consulta o fornecedor pelo SIGARP e, após concordância do fornecedor, o interessado recebe sua anuência e a autorização do FNDE, via SIGARP. De posse da documentação referente ao pregão, o interessado fecha contrato com a empresa e o fornecedor entrega os produtos ao interessado, que paga a empresa. A presidente mostrou outros itens de registro de preço gerenciados pelo FNDE, disponíveis no portal de compras. Informou que, para essa audiência, foram selecionados vinte e um itens para discussão de cada especificação preliminar, para o Programa Proinfância, que abrange as creches e pré-escolas, com previsão de atendimento para 10.103 escolas para os anos de 2012 e 2013, enfatizando que existe orçamento para esse ano e para o ano de 2013, sendo necessário que o pregão seja realizado o mais breve possível. Informou que as quantidades de itens serão divididos em grupos ou regiões e que as quantidades a serem registradas representam 10 % das escolas de educação infantil em atividade e 50 % das creches concluídas, em construção e em licitação. Aproveitou para informar que, sendo fonte do SIMEC, em setembro de 2012, o Programa Proinfância tem 2539 obras em construção e 614 construídas. Em seguida, passou a condução da audiência para a Chefe da Divisão de Qualidade do FNDE, Senhora Leidiane Almeida Araújo para realizar a apresentação das especificações técnicas preliminares de brinquedos para playgrounds. Iniciou apresentando item por item, que contou com a participação dos presentes, que contribuíram com sugestões que serão avaliadas pela equipe técnica do FNDE. Dentre as sugestões expostas cita-se a contribuição da empresa Freso, que sugeriu um croqui do desenho do balanço; a empresa Chalingo sugeriu o uso da palavra “ou” nas especificações, para não restringir os itens a um fabricante; a

BROQ questionou sobre a falta de dimensionamento das partes do produto. Mauricio da ENAQ esclareceu que a norma da ABNT traz todas as especificações por faixa etária, a empresa Freso sugeriu estrutura metálica com tratamento de galvanização, anticorrosivo, material que garanta a resistência do ferro”, não devendo ser restrita a aço carbono. As demais contribuições estão disponíveis na gravação da Audiência Pública nº 13/2012, encartada no processo da referida audiência. A Senhora Aloma enfatizou que os fornecedores precisam sair da zona de conforto e produzir produtos específicos para atender as necessidades do FNDE, citando como exemplo o Programa Caminho da Escola, implantado a partir de 2007, e que, a cada ano, é aprimorado, visando a qualidade, a segurança e o bem estar do aluno. Ficou acertado com os fornecedores que as outras contribuições para aprimorar as especificações técnicas preliminares poderiam ser enviadas até o dia 25 de outubro de 2012 para o e-mail constante do Aviso de Audiência, juntamente com o questionário sobre o perfil das empresas. A Presidente encerrou a audiência às 12 horas.